



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
27.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- 📌 [UM NOVO OLHAR DE DESENVOLVIMENTO – O Popular](#)
- 📌 [GOVERNANÇA TERÁ NOVO TESTE NA PETROBRAS – Folha de São Paulo](#)
- 📌 [CIDADES-ESPONJA – Folha de São Paulo](#)
- 📌 [O RS TAMBÉM É NEGRO– Folha de São Paulo](#)
- 📌 [O IMPACTO DO RACISMO NO CÉREBRO – Folha de São Paulo](#)
- 📌 [OLHAR INTEGRADO PARA TODOS OS BIOMAS É CONDIÇÃO PARA O FUTURO – Folha de São Paulo](#)
- 📌 [MORAES REJEITA RECURSO NO TSE E MANTÉM BOLSONARO E BRAGA NETTO INELEGÍVEIS – Folha de São Paulo](#)
- 📌 [SENADO APROVA PL QUE GARANTE CELAS ESPECÍFICAS PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS PRESÍDIOS – O Hoje](#)
- 📌 [CONGRESSO TERÁ SEMANA PAUTADA PELA ANÁLISE DE VETOS – O Hoje](#)
- 📌 [A SEMANA MAIS CURTA SERÁ DECISIVA PARA PROJETO QUE TAXA COMPRAS ON-LINE – Correio Braziliense](#)
- 📌 [COMÉRCIO ILEGAL DE BEBIDAS ALCOÓLICAS SE CONSOLIDA NO PAÍS COM O CRIME ORGANIZADO – Correio Braziliense](#)
- 📌 [NA VIA DA INVOLUÇÃO – Correio Braziliense](#)
- 📌 [‘FAKE NEWS’ E IA SÃO DESAFIOS À DEMOCRACIA, AFIRMA CÁRMEN LÚCIA – Valor Econômico](#)
- 📌 [CARF BATE RECORDE E REDUZ EM R\\$ 110 BI ESTOQUE DE PROCESSOS – Valor Econômico](#)
- 📌 [FAZENDA CONTA COM AUMENTO NO RITMO DE JULGAMENTOS – Valor Econômico](#)
- 📌 [RECEITA ADOTA TRATADO E PERMITE ALÍQUOTA MENOR DE IRRF – Valor Econômico](#)
- 📌 [COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Valor Econômico](#)
- 📌 [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 27.05.2024 – PÁG. 03

Um novo olhar de desenvolvimento

Luís Alberto Pereira



Para além do impacto humano, que é devastador e imensurável, ainda estamos medindo o impacto econômico causado pela tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul. Quando tivermos como contabilizar com precisão as perdas, o Brasil terá pela frente uma missão inédita: reconstruir um estado devastado por um evento climático.

Os cálculos iniciais apontam que serão necessários até R\$ 90 bilhões para recolocar a infraestrutura e os diversos setores da economia de pé. Casas, estradas, pontes, equipamentos públicos etc. são somente a parte mais visível da devastação material. O que precisamos ter no horizonte é que não se trata de simplesmente reconstruir o que foi destruído, mas de adaptar a infraestrutura e a economia local a uma nova realidade.

As enchentes terão um impacto significativo em toda economia nacional, já que o estado é o 4º maior PIB do País e a economia gaúcha hoje está seriamente prejudicada. Os reflexos serão sentidos por todos nós. Mais do que um Plano Marshall para a reconstrução do estado, como sugeriu o governador Eduardo Leite, o Rio Grande vai precisar inaugurar um novo modelo produtivo, mais arrojado e sustentável, para lidar com a devastação das chuvas e se preparar para a nova realidade climática que veio para ficar. Pode ser o laboratório de novas e boas experiências para o restante do País.

O Rio Grande do Sul carrega consigo a marca da cooperação. É o berço do cooperativismo nacional e o estado que tem o maior capital humano ligado ao setor, com mais de 3 milhões de cooperados. Os princípios que norteiam esse modelo de negócio estão altamente conectados com a atitude da população gaúcha, que desde as primeiras horas dos alagamentos, ao lado das autoridades, assumiu a tarefa de salvar vidas e ajudar os mais afetados. O cooperativismo está no espírito e no DNA gaúcho.

Esse espírito de cooperação, felizmente, se expandiu para todo País e daí podemos tirar uma lição valiosa para a Nação (ainda que seja necessário ressaltar que os aspectos positivos decorrentes da tragédia jamais poderão servir para atenuar o sofrimento gerado por ela). A união dos brasileiros em torno de uma causa, como vimos agora, tem um poder de realização e transformação gigantesco. E esse esforço precisará ser mantido por bastante tempo para tirar o Rio Grande do Sul da situação terrível que estamos acompanhando.

O cooperativismo traz em seus pilares fundamentais o olhar para o bem-estar da comunidade, a sustentabilidade e uma cultura mais participativa nas decisões sobre o negócio. Parece óbvio que nossa forma de produzir e lidar com a questão ambiental precisa de ter esse olhar humano mais profundo, que vai

além do lucro financeiro e que enxerga o impacto da atividade produtiva na vida das pessoas e da comunidade de uma maneira mais ampla.

Que a tragédia sirva ao menos para virarmos a chave sobre a maneira que enxergamos o futuro do nosso país. Que o Rio Grande do Sul consiga se transformar no exemplo para avançarmos para um modelo econômico mais inclusivo, inovador e sustentável para o Brasil.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 27.05.2024 – PÁG. A2

Governança terá novo teste na Petrobras

Com oitava presidente em oito anos, estatal evita o pior das pressões do Planalto graças a regras instituídas em 2016

A confirmação de Magda Chambriard na presidência da Petrobras pelo Conselho de Administração, com dois votos divergentes de membros independentes, encerra o mais recente episódio de crise no comando da estatal.

Têm sido frequentes as turbulências —a nova presidente é a oitava a ocupar o posto em apenas oito anos. Na maior parte das vezes, as trocas ocorreram sob pressão do Palácio do Planalto, normalmente em momentos de elevação dos preços dos combustíveis.

Assim foi na paralisação dos caminhoneiros, durante a gestão de Michel Temer (MDB), e depois repetidas vezes sob Jair Bolsonaro (PL), sempre fixado no populismo tarifário para sua base eleitoral. Em todos esses momentos, o valor de mercado da empresa caiu em razão da suspeita de que o novo comando se renderia a pressões políticas contra os preços —risco que acabou não se confirmando.



Com ruídos e alguns desvios, a política de alinhamento às cotações internacionais vigente desde 2016 se manteve, graças à Lei das Estatais e a normas de gestão. Mesmo em meio à instabilidade administrativa, ademais, entre 2016 e 2023 foi preservado o mais essencial —o plano de investimentos com foco em exploração e produção, com a governança mais firme estabelecida depois dos escândalos do petrolão petista.

Com disciplina no uso do capital e preços realistas, foi possível obter aumento sensível da produção, dos lucros e dos pagamentos de dividendos nos últimos anos, fator principal para a valorização das ações, agora novamente interrompida —a perda de valor de mercado desde o anúncio de Chambriard chegou a R\$ 55,7 bilhões. O que está por ser verificado é se desta vez o intervencionismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) significará alteração mais substancial de rota a ponto de ressuscitar problemas do passado.

O mandatário não esconde que quer fazer da estatal novamente um instrumento político. O objetivo principal nem é a manipulação de preços, que a partir de certos limites traria problemas jurídicos, contestações de

minoritários e reação de órgãos de controle. O maior risco deriva da intenção de obrigar a empresa a realizar investimentos em áreas que no passado se relevaram antieconômicas, como refino e fertilizantes.

Além de recomprar refinarias privatizadas, Lula quer concluir aquelas que são notórias por prejuízos bilionários e pela corrupção. Também deseja reativar a indústria naval com encomendas a estaleiros nacionais. Com perfil a princípio mais alinhado à tal orientação, Chambriard testará novamente as regras que têm evitado o pior na estatal.

Cidades-esponja

Reconstrução urbana do RS pode inaugurar modelo de adaptação a chuvas no país

Assim que as águas baixarem de vez no Rio Grande do Sul, a reconstrução das cidades comporá um importante experimento social. Sem reformar a mentalidade dominante no planejamento urbano, como exige a mudança climática, uma onda de fracassos varrerá o país.



A tarefa mais urgente é encontrar moradia para milhares de famílias. Em paralelo, traçar um diagnóstico do que falhou e apurar eventuais responsabilidades. Além disso, reativar instalações vitais como escolas, postos de saúde e hospitais.

Nada disso terá sentido, no entanto, se tudo for refeito como antes. Entende-se que moradores queiram retornar para suas casas, mas o poder público precisa dar incentivos e alternativas para que deixem as zonas de risco. O ideal seria devolver à natureza áreas de inundação, sobretudo as que surgiram da construção de aterros, por exemplo na forma de parques que favoreçam a

infiltração pluvial. Pode-se objetar que o investimento seria proibitivo, mas qualquer programa de reconstrução envolverá custos portentosos. No mínimo, seria indicado realizar estudos sobre cada região.

Esse conceito de desenho urbano se aproxima do modelo de cidades-esponja, já aplicado na Europa e na China. Em lugar da pretensão de domar águas com concreto para dirigi-las aos rios, eles próprios retificados em canais que só aceleram a torrente, permitir que penetrem no lençol freático. Meandros fluviais e várzeas faziam isso. Pode parecer impensável reverter o emparedamento do Tietê e do Pinheiros, em São Paulo, mas, em algum ponto da tragédia climática que se avizinha, será preciso planejar tal adaptação, ainda que em escala reduzida e local.

Em Xangai, uma área industrial foi convertida em parque linear com 2 km ao longo do rio Huangpu. Oslo reverteu a canalização subterrânea do rio Hovinbekken. Empreendimentos desse porte podem não ser factíveis para o depauperado Estado brasileiro. Em todo caso, mudar mentalidades custa pouco, em termos

financeiros, e trará dividendos inestimáveis para gerações futuras: qualidade de vida e patrimônio preservado diante de eventos extremos.

O RS também é negro

Existem 2,4 milhões de gaúchas e gaúchos pretos e pardos, ou 22% da população do estado

Ana Cristina Rosa

Fiquei em choque com a afirmação do presidente Lula a respeito da presença negra em solo gaúcho: "(...) é impressionante, eu não tinha noção que no Rio Grande do Sul tinha tanta gente negra", disse ele em visita a um dos 469 municípios castigados pela enchente de 2024.

Pode ter sido uma "pergunta retórica". Mas, se foi, deveria ter sido explícita. Porque é muito impressionante vindo da boca de um presidente da República no curso do terceiro mandato.

Existem cerca de 2,4 milhões de gaúchas e gaúchos pretos e pardos, o que equivale a 22% da população do estado, pelo Censo 2022 do IBGE. Mas já houve um tempo em que o povo do Rio Grande era majoritariamente negro, conforme o Censo de 1814. Porém poucos sabem disso.

A imigração europeia promovida com a abolição da escravização iniciou o "branqueamento" da nação, e a história oficial se encarregou com esmero de ocultar —ou menosprezar— o que se refere à contribuição do negro na formação do país como um todo e do Sul em particular.

Fato é que a presença e a influência negra no RS são muito significativas. A mobilização para celebrar o 20 de Novembro como Dia da Consciência Negra, feriado nacional recém-sancionado pelo presidente Lula, começou em 1971, em Porto Alegre, com Oliveira Silveira, Antônio Carlos Côrtes, Vilmar Nunes e Ilmo da Silva, fundadores do Grupo Palmares.

Contudo vigora no imaginário coletivo o senso comum e equivocado de que o Rio Grande do Sul é povoado exclusivamente por descendentes de europeus. Sou preta, nasci e me criei no RS, mas moro fora do estado há anos. Perdi as contas das inúmeras manifestações de surpresa com a associação da minha negritude à origem gaúcha.



O "normal" é as pessoas concluírem que eu sou carioca ou baiana. Mesmo com todo o sotaque e os regionalismos linguísticos —do tipo "guri e guria", "Bah", "tri", "mãs" (anasalado), entre outros— do meu vocabulário. Aos espantados, informo: o RS também é negro.

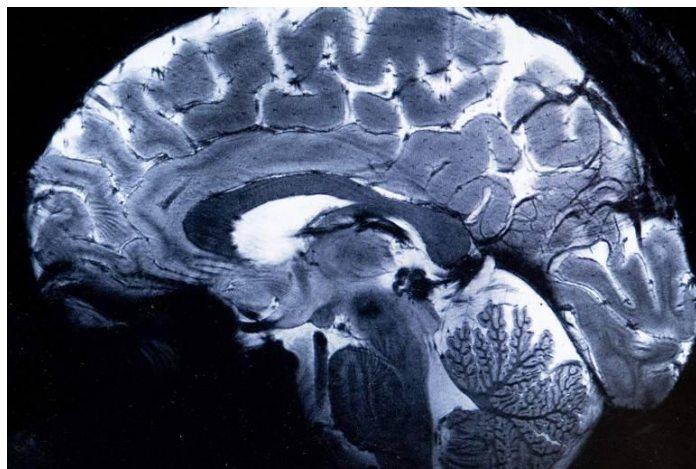
JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 27.05.2024 – PÁG. A3

O impacto do racismo no cérebro

Ao longo da vida, prática criminosa também impõe à vítima alterações na saúde física e mental

Fulvio Alexandre Scorza

O cérebro humano é um órgão complexo e altamente eficiente. Formado por 86 bilhões de neurônios e pesando cerca de 1,5 kg, o cérebro está em constante transformação ao longo da vida, tornando-se um órgão flexível e adaptável.



Essa neuroplasticidade, habilidade do cérebro adulto em alterar sua anatomia em resposta a estímulos externos e internos, permite que os neurônios se reorganizem e formem novas células (neurogênese). A adição de novos neurônios, em uma rede neuronal já existente, é um dos maiores exemplos de neuroplasticidade. Realmente, os estímulos do ambiente influenciam diretamente na formação dos novos neurônios no cérebro adulto.

Por exemplo, a neurogênese é regulada positivamente pela atividade física, aprendizagem e ambiente enriquecido e negativamente pelo estresse e por diversas condições neuropsiquiátricas. Seguindo esse raciocínio, podemos mencionar que os efeitos perniciosos da discriminação racial e do racismo estrutural impactam negativamente na neuroplasticidade, pois estão direta e indiretamente associados ao declínio das funções cerebrais.

Dessa forma, o racismo pode ser considerado um determinante social de doença? Certamente sim. De fato, o racismo e a discriminação racial estão relacionados com o aumento da ocorrência de diabetes, hipertensão, hipercolesterolemia (colesterol alto), consumo de álcool, depressão e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT). Do ponto de vista cerebral, a diabetes e a hiperglicemia induzem efeitos deletérios na morfologia e funções cerebrais, como diminuição da neurogênese, dos volumes cerebrais (atrofia cerebral) e aumento da incidência de acidente vascular cerebral (AVC).

A hipertensão está relacionada a uma diminuição da neurogênese e alterações da conectividade neuronal e dos volumes cerebrais. Os altos níveis de colesterol causam um declínio na função cognitiva, diminuem a formação de novos neurônios e são um importante fator de risco para o desenvolvimento de doenças

neurodegenerativas. O consumo excessivo de álcool leva a uma diminuição geral na neurogênese, e o consumo regular por longos períodos inibe a proliferação e sobrevivência dos novos neurônios.

Nas últimas décadas, os estressores psicossociais influenciam na formação de novos neurônios no cérebro, sugerindo que a diminuição da neurogênese induzida pelo estresse parece ser um fator importante na origem da depressão. Além disso, estudos experimentais e clínicos demonstram uma redução do volume do hipocampo e da formação de novos neurônios associadas ao TEPT. Seguindo essa linha de raciocínio, existem repercussões diretas no cérebro das pessoas que sofrem com o racismo e com a discriminação racial? Obviamente que sim.

Estudos de imagens cerebrais apontam que experiências de discriminação racial ativam as mesmas regiões cerebrais que estão implicadas no processamento da dor física. Além disso, cientistas de Harvard demonstraram que o racismo estrutural pode causar alterações na citoarquitetura cerebral de crianças e adolescentes que o enfrentam. A (sobre)vivência em um ambiente de racismo faz com que o cérebro dessas crianças se mantenha em estado constante de alerta, provocando o que os autores denominaram de "estresse tóxico".

Dessa forma, esse estado permanente de estresse causa alterações no volume, tamanho e forma de certas regiões cerebrais, impactando no aprendizado, no comportamento e na saúde física e mental dessas crianças e adolescentes. Paralelamente, um estudo de neuroimagem avaliou a integridade da estrutura cerebral de 116 mulheres negras que sofreram racismo ao longo da vida. Nesse sentido, as alterações cerebrais encontradas no cérebro dessas mulheres sugerem que as experiências individuais de racismo aumentam a vulnerabilidade para o desenvolvimento de doenças cerebrais.

O racismo, além de ser crime, é um determinante social de alterações à saúde física e mental ao longo da vida das pessoas. O enfrentamento ao racismo é uma luta diuturna e que demanda ação e cuidado urgentes.

Olhar integrado para todos os biomas é condição para o futuro

Áreas de expansão agrícola impulsionam destruição na caatinga e no cerrado

Luis Fernando Guedes Pinto

Há cerca de 20 mil anos, a mata atlântica e a Amazônia se tocavam. Foram, ao longo de variações climáticas, se afastando pouco a pouco. No meio surgiram a caatinga e o cerrado, onde restaram algumas ilhas, ou enclaves, de mata atlântica. Junto do grande contínuo de vegetação no litoral do brasileiro e em parte do interior do país, esses enclaves e seus ecossistemas associados formam o bioma mata atlântica. Reconhecido como patrimônio nacional pela nossa Constituição, é protegido por uma lei especial —a Lei da Mata Atlântica.





CLIPPING

DATA

27.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A mata atlântica abrange 17 estados e ocupa 15% do território brasileiro, onde vivem 70% da população. Do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, além dos encaves no Ceará, Piauí, Goiás e Mato Grosso do Sul, sua diversidade é imensa, composta por formações florestais como matas úmidas, mangues e restingas do litoral, florestas estacionais, mata secas e de araucárias do interior, campos e savanas.

Parque Legado das Águas, em Tapiraí (SP), é considerado o empreendimento âncora do distrito turístico ecológico Portal da Mata Atlântica Parque Legado das Águas, em Tapiraí (SP), é uma das joias da mata atlântica e do turismo ecológico - Luciano Candisani/Divulgação/Legado das Águas - Luciano Candisani/Divulgação/Legado das Águas

Entender essa geografia é importante para interpretarmos os dados do desmatamento em 2023. No grande contínuo —que cobre 100% de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo, grande parte de São Paulo, Paraná e extensas áreas de Minas Gerais e Bahia—, o desmatamento caiu drasticamente, tanto segundo o Atlas da Mata Atlântica (Inpe/SOS Mata Atlântica) quanto o SAD Mata Atlântica (SOS Mata Atlântica/MapBiomas), ferramentas que se complementam. O Atlas monitora áreas superiores a três hectares (ha) em florestas maduras (maior estoque de carbono e diversidade), que constituem 12,4% do bioma. Já o SAD detecta desmatamentos a partir de 0,3 ha também em regiões em processo de recuperação e em estágio inicial de desenvolvimento —que somam 24% do total.

O Atlas registrou uma queda de 27% no desmatamento entre 2022 e 2023, de 20.075 para 14.697 ha. Em estados costumeiramente líderes na devastação, como Minas, Paraná e Santa Catarina, a redução ficou entre 57% e 86%. No entanto, o desmatamento cresceu nos encaves de Mato Grosso do Sul e Piauí. O SAD confirmou essa tendência, mas também identificou um aumento significativo nas transições e áreas isoladas no cerrado e na caatinga, principalmente na Bahia, elevando o desmatamento total de 75.023 para 80.067 ha. Na conta geral, perdemos valiosos e inadmissíveis 235 ha de mata atlântica por dia.

Os dados mostram uma convergência da boa notícia da redução do desmatamento da Amazônia e da região contínua da mata atlântica, porém confirmam o avanço da destruição na caatinga e no cerrado, principalmente em áreas de expansão de agricultura. O problema persiste mesmo com a Lei da Mata Atlântica, as crises do clima e da biodiversidade, epidemias, desastres ambientais, quebras de safra e de sabermos que o país não depende disso para crescer e se desenvolver. Pelo contrário: o desmatamento nos afasta dessa rota.

Só o fim do desmatamento e a restauração em larga escala da mata atlântica podem evitar novas tragédias e garantir a provisão de serviços ecossistêmicos fundamentais para o nosso bem-estar. O olhar integrado para todos os biomas é condição para o futuro.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 27.05.2024 – PÁG. A5

Moraes rejeita recurso no TSE e mantém Bolsonaro e Braga Netto inelegíveis

Em reta final na corte eleitoral, ministro nega pedido da defesa do ex-presidente para envio ao STF de processo sobre 7 de Setembro

Mateus Vargas

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, rejeitou um recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-ministro Walter Braga Netto contra decisão da corte que tornou ambos inelegíveis por abuso de poder político e econômico. Os advogados da chapa a presidente e vice das eleições de 2022 pediam o envio do caso ao STF (Supremo Tribunal Federal).



A decisão de Moraes foi assinada na sexta-feira (24) e publicada neste sábado (26). O ministro deixará o TSE no dia 3 de junho, quando Cármen Lúcia assumirá a presidência da corte eleitoral. O recurso extraordinário foi apresentado em ação que declarou inelegíveis, em 31 de outubro de 2023, Bolsonaro e Braga Netto por causa do uso eleitoral das celebrações do 7 de Setembro.

O ex-presidente já havia sido condenado a inelegibilidade por causa de reunião que promoveu com embaixadores para atacar o sistema eleitoral. Neste caso, Braga Netto foi absolvido. No recurso

negado por Moraes, a defesa de Bolsonaro e Braga Netto argumentou que havia irregularidades na condenação.

"Ao sustentar a ilegalidade de que o primeiro recorrente tenha convocado os cidadãos para as festividades do 7 de setembro, o que se tem nos autos é, muito diferente disso, a evidência de um presidente da República que valoriza os atos simbólicos, notadamente aqueles cívico-militares, cuja simpatia jamais negou, sem que isso corresponda a qualquer mácula digna de lhe ceifar a capacidade eleitoral passiva", afirma a defesa.

O presidente do TSE considerou que as alegações da defesa do ex-presidente não cabem no tipo de recurso apresentado. Moraes também negou ter havido "cerceamento de defesa" durante o processo. "Dessa forma, a controvérsia foi decidida com base nas peculiaridades do caso concreto, de modo que alterar a conclusão do acórdão recorrido pressupõe revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência que se revela incompatível com o recurso extraordinário", afirmou Moraes na decisão.

Dos 7 ministros do TSE, 5 consideraram que Bolsonaro cometeu abuso de poder e promoveu campanha usando dinheiro público nas comemorações do Dia da Independência. Ao condenar a chapa encabeçada por Bolsonaro, em 2023, Moraes classificou os atos do 7 de Setembro como de caráter eleitoral e eleitoreiro e

criticou fortemente o fato de o Exército ter cancelado o tradicional desfile militar no centro do Rio para engrossar o ato bolsonarista em Copacabana.

"Não houve o desfile tradicional do Rio de Janeiro porque o que se adequava mais à política eleitoral, à campanha do candidato à reeleição, era um desfile em Copacabana para encerrar no forte o seu grande showmício", afirmou Moraes à época. No 7 de Setembro, Bolsonaro pediu votos, reforçou discurso conservador, fez ameaças golpistas diante de milhares de apoiadores e deu destaque à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, com declarações de tom machista.

A contagem do prazo de oito anos da inelegibilidade tem início em 2022 e, pela atual legislação, Bolsonaro e Braga Netto estariam aptos a se candidatar novamente em 2030. Bolsonaro terá 75 anos, ficando afastado portanto de três eleições até lá (sendo uma delas a nacional de 2026).

JORNAL – O HOJE – 27.05.2024 – PÁG. 06

Senado aprova PL que garante celas específicas para população LGBTQIA+ nos presídios

O projeto de lei aprovado nesta quarta-feira (22) pelo Senado, busca a criação de mecanismos de proteção à população LGBTQIA+ nos presídios.

Andresa Cardoso

O projeto de lei aprovado nesta quarta-feira (22) pelo Senado, busca a criação de mecanismos de proteção à população LGBTQIA+ nos presídios. Essa medida tem como objetivo resolver a situação de violação generalizada de direitos que essa população enfrenta no cárcere, determinando a construção ou adaptação de celas, alas ou galerias específicas.



Além disso, recursos do Fundo Penitenciário Nacional serão usados para a capacitação continuada dos profissionais do sistema prisional sobre direitos humanos, igualdade e não discriminação em relação a identidade de gênero, orientação sexual, religião, raça e etnia.

O projeto foi aprovado com 62 votos positivos, e agora segue para votação na Câmara dos Deputados. Um dos votos sim veio do senador Flávio Bolsonaro: “Enfim, há essa dificuldade na hora de humanizar a prestação de uma pena e eu acho que esse é um caminho para a gente tentar ver se dá certo, então estou liberando a bancada da minoria e declarando meu voto sim”, disse o senador.

Congresso terá semana pautada pela análise de vetos

Saidão e Fake News estão entre os temas que serão debatidos. Assuntos foram adiados após negociações entre governo e oposição

O Congresso Nacional tem sessão conjunta na terça-feira (28), às 14h, para análise de vetos presidenciais e de projetos de lei que abrem créditos orçamentários extras propostos pelo Poder Executivo. São 26 itens na pauta. Entre os 17 vetos prontos para apreciação, estão itens adiados após negociações entre governo e oposição na sessão do último dia 9. É o caso do veto (VET) 46/2021 à Lei 14.197, de 2021, que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional e foi parcialmente vetada pelo então presidente Jair Bolsonaro.

O veto de Bolsonaro impediu a tipificação do crime de comunicação enganosa em massa (disseminação de fake news), com pena de até cinco anos de reclusão. Em contrapartida para o adiamento, a bancada do governo pediu a retirada de pauta do veto parcial do presidente Lula à lei que restringe a saída temporária dos presos (Lei 14.843, de 2024). O VET 8/2024, agora reinserido na ordem do dia, excluiu da lei um trecho que retirava totalmente a possibilidade de o preso sair para visitar a família ou participar de atividades de convívio social. O governo argumenta que essa proibição é inconstitucional e sustenta que a manutenção de

visita esporádica à família "minimiza os efeitos do cárcere e favorece o paulatino retorno ao convívio social".



Também retornam à pauta o veto a vários pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (VET 1/2024) e outro que exclui do Orçamento de 2024 a previsão de destinação de R\$ 85,8 milhões para o Ministério das Comunicações investir em inclusão digital (VET 4/2024). Deputados e senadores podem ainda decidir sobre o veto à Lei 14.368, de 2022, que flexibiliza regras do setor aéreo. O projeto aprovado no Congresso

garantia o despacho gratuito de uma bagagem em voos, mas o trecho foi vetado por Bolsonaro (VET 30/2022). Também podem ser avaliados diversos trechos rejeitados pelo Poder Executivo na Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis (VET 39/2023) e na Lei Orgânica Nacional das Polícias e Bombeiros Militares (VET 41/2023).

Créditos

Além dos vetos, os parlamentares vão decidir analisar créditos suplementares (que liberam mais recursos para projetos previstos no Orçamento) e especiais (para necessidades não contempladas anteriormente). Ao todo, os nove projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) em pauta preveem cerca de R\$ 2 bilhões de reforço orçamentário.

Um deles (PLN 5/2024) abre crédito suplementar de R\$ 256,8 milhões para custear ações do Exército e do Ministério do Turismo. Segundo o Executivo, parte dos recursos serão empregados na execução, pelo Exército, das obras de duplicação da rodovia GO-213, de obras em Araguari (MG) e da construção da barragem de Arvorezinha, em Bagé (RS). Já o PLN 2/2024 propõe crédito especial de R\$ 7,4 milhões para o

Ministério da Educação. A medida vai beneficiar estudantes de baixa renda da Universidade Federal do Vale do São Francisco com sede em Petrolina (PE).

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 27.05.2024 – PÁG. POLÍTICA

A semana mais curta será decisiva para projeto que taxa compras on-line

Com a medida provisória que cria o Mover prestes a caducar, Congresso precisa aprovar o projeto de lei que trata do mesmo tema. Porém, a emenda que tributa as compras de até US\$ 50 impede a votação

Ândrea Malcher / Rafaela Gonçalves

A Câmara dos Deputados deve votar nesta semana o projeto de lei que prevê a cobrança do Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50. O dispositivo foi inserido no Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) para atender ao pleito da indústria varejista brasileira, mas não encontra consenso entre os parlamentares nem da base nem da oposição.

Por isso, fontes próximas ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), avaliaram ao Correio que, embora a medida provisória (MP) que cria o Mover, editada em dezembro, perca a validade na próxima sexta-feira, a matéria "está na pauta há dias e sem sinal de avanço nas negociações" e não deve ser votada em uma semana esvaziada como esta.

Cumprindo a determinação de não debater matérias que cheguem por medida provisória, o Congresso impôs ao governo que a análise do tema ocorresse por meio de um projeto de lei. Mas, para não haver descontinuidade no Mover, o PL está transitando com urgência, justamente para que não haja um vácuo de regulamentação. O programa está em andamento desde dezembro e, caso a MP caduque, terá que ser suspenso.

Lira determinou, no fim da última semana, que os deputados estejam em Brasília hoje para votar a questão, com a exigência de registro biométrico no plenário. O parlamentar teria ligado para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo uma reunião presencial para tentar negociar a taxa de compras internacionais e teria, inclusive, apresentado três alternativas. A primeira permite uma única compra anual com isenção. A outra, com duas compras por ano, uma em cada semestral. A terceira seria uma taxa gradual, tal qual a desoneração da folha de pagamento.

No entanto, a reunião ficou para esta semana, apertando ainda mais o tempo de vida do texto. Com validade de 120 dias, a MP perderá o efeito e ainda precisa ser analisada no Senado até quarta-feira, tendo em vista o feriado de Corpus Christi no dia 30 de maio. O Correio apurou que o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) permaneceu em Brasília, mas que, para fazer qualquer negociação sobre assunto, aguardaria o início da semana.





CLIPPING

DATA
27.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Atualmente, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 estão enquadradas no programa Remessa Conforme, da Receita Federal, e são taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, com alíquota de 17%. O Imposto de Importação, federal, de 60%, é cobrado somente em remessas que custem acima de US\$ 50.

A medida é considerada impopular por parte dos deputados, que acreditam que poderia prejudicar os parlamentares no futuro, com a proximidade das eleições municipais. Por outro lado, a taxação é vista como necessária para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional, além de ser um instrumento de arrecadação. Diante do impasse sobre a cobrança integral do Imposto de Importação, o relator do PL do Mover, deputado Átila Abreu (PP-PI), deve sugerir uma tributação escalonada para valores de até US\$ 50. Na prática, a alternativa prevê que a alíquota suba conforme o valor da mercadoria.

Setor produtivo pressiona

Segundo o último balanço bimestral do Remessa Conforme, divulgado no início deste mês, referente aos meses de fevereiro e março, foram registradas 32,2 milhões de vendas on-line para o Brasil. O valor aduaneiro somou R\$ 2,6 bilhões, rendendo arrecadação de R\$ 328 milhões com o Imposto de Importação.

Entidades ligadas ao comércio e à indústria têm pressionado pela taxação das compras on-line desde o governo Bolsonaro. Mas foi a partir da criação do Remessa Conforme que a campanha se intensificou. No ano passado, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a medida, a primeira dama Janja da Silva chegou a fazer uma live no Instagram, com Haddad, para pedir para não tributar. Na semana passada, a votação da matéria foi cancelada depois de o próprio presidente Lula, perguntado por jornalistas, responder que vai vetar, caso o item seja aprovado no Congresso. No mesmo dia, mais cedo, Haddad havia defendido a "isonomia" entre a indústria nacional e a externa.

Em nota conjunta, o setor produtivo alega que tem enfrentado "uma grave concorrência desigual, com quedas de produção e perda de empregos". "Atualmente, ao perder vendas para essas importações menos tributadas, a indústria e o comércio nacionais deixam de empregar 226 mil pessoas. A desigualdade na tributação entre a produção nacional e as importações de até US\$ 50, por meio de plataformas de comércio eletrônico, destrói empregos no Brasil", destacou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban.

As varejistas chinesas, por outro lado, alegam que o novo imposto pode encarecer as compras em cerca de 92%, chegando a dobrar o preço final dos produtos ao consumidor. "Essa é uma emenda inesperada em um texto que não guarda qualquer relação com o tema que está sendo discutido. Tentou-se argumentar que os dois falam de programas de importação, mas não dá para comparar quem importa um carro elétrico com quem compra uma calça jeans", disse ao Correio a head de relações governamentais da Shein no Brasil, Anna Beatriz Lima.

Guerra de dados

A Shein divulgou um levantamento que aponta que a maior parte dos seus consumidores são de classes mais baixas, indicando que uma nova taxação afetaria diretamente o consumo dos mais pobres. De acordo com a varejista chinesa, o percentual de consumidores das classes C, D e E que adquirem produtos internacionais

na plataforma da empresa é de 88%. Na iminência da votação, o presidente da Câmara mencionou uma pesquisa realizada pela CNI que rebate esse cenário, afirmando que a maioria dos consumidores de sites asiáticos que seriam atingidos com o fim da isenção para compras no exterior de até US\$ 50 são de classe alta. De acordo com os dados, apenas 18% da população com renda de até dois salários mínimos fizeram compras on-line internacionais de produtos com isenção de até US\$ 50. Lira descarta tratar da questão em outro projeto.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 27.05.2024 – PÁG. BRASIL

Comércio ilegal de bebidas alcoólicas se consolida no país com o crime organizado

Estudo Mercado Ilegal de Álcool no Brasil mostra que as perdas diretas causadas pela ilegalidade — evasão fiscal, produção sem registro, contrabando e falsificação — alcançaram a cifra de R\$ 56,9 bilhões em 2023

Fernanda Strickland / Rafaela Gonçalves

Faturando bilhões de reais todos os anos, o comércio ilegal de bebidas alcoólicas detém uma fatia alarmante do mercado. É o que mostram os últimos dados da Euromonitor International, que completam uma série histórica de seis anos, provando que esse movimento ainda tem muita força no país e tem se organizado para continuar atuante.



O estudo Mercado Ilegal de Álcool no Brasil mostra que as perdas diretas causadas pela ilegalidade — evasão fiscal, produção sem registro, contrabando e falsificação — alcançaram a cifra de R\$ 56,9 bilhões em 2023.

Segundo a pesquisa, no intervalo entre 2017 e 2023 esse mercado cresceu 224% em valores nominais. No primeiro levantamento, realizado há seis anos, esse montante era de R\$ 17,6 bilhões. O estudo dá a dimensão do tamanho do rombo aos cofres públicos com a perda de arrecadação: R\$ 28,2 bilhões em 2023, alta de 176% com relação ao observado em 2017, quando o montante foi de R\$ 10,2 bilhões.

Além do reflexo evidente na arrecadação, o mercado ilegal de bebidas alcoólicas está mais profissionalizado. Nos últimos anos, houve indícios da entrada do crime organizado na operação dessas ilicitudes, principalmente em relação à falsificação e ao contrabando de bebidas alcoólicas, exigindo um grande esforço dos recursos de segurança pública no seu enfrentamento.

Essa resiliência dos atores do mercado ilegal é fruto de diversos fatores. Entre eles, destacam-se o cenário de altos impostos, consumidores que guiam a decisão de compra com base em preços baixos, fragmentação dos canais de venda a partir do crescimento do comércio eletrônico e a penetração de organizações criminosas na produção, distribuição e comercialização das bebidas ilegais.

Simplificação

José Eduardo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), afirma que um sistema tributário simplificado atacaria uma das principais raízes da ilegalidade, principalmente em destilados, que concentram grande parte da perda fiscal do país. No entanto, ele alerta para as possíveis distorções ainda maiores que o imposto seletivo pode acarretar, caso não tenha uma carga fiscal justa para toda a indústria, respeitando a capacidade produtiva e a isonomia de tratamento entre produtos e serviços similares.

"A alta carga tributária sobre os destilados, que hoje são penalizados, enquanto outras bebidas têm tratamento privilegiado, acaba tendo um grande efeito colateral: ajuda a fomentar o comércio ilícito. O consumidor brasileiro é sensível a preço. Então, não adianta sobretaxar uma bebida sem educar o consumidor e conscientizar a população", explica Eduardo Cidade.

Evento

Para debater o imposto seletivo e seus impactos, o Correio Braziliense promoverá, em 11 de junho, o evento Bebidas Alcoólicas: Segurança Jurídica no Imposto Seletivo. Sob o formato de CB Debate, autoridades governamentais, legisladores e especialistas discutirão como o imposto seletivo pode ser um eixo determinante na explosão ou recuo do mercado ilegal de destilados.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 27.05.2024 – PÁG. OPINIÃO

Na via da involução

Riquezas da flora e da fauna ainda não identificadas são dizimadas para favorecer empreendimentos financeiros, imobiliários, agrícolas e outros, sem levar em conta os impactos dessas atividades na sociedade

Rosane Garcia

O noticiário mostra o que ocorre no Oriente Médio, entre Israel e o grupo terrorista Hamas, com chacinas diárias de palestinos, e no leste europeu, com a guerra entre Rússia e Ucrânia. No Brasil, a situação piora a cada dia. Não são apenas pelos atos de violência, que ceifam vidas de mulheres — no DF, chegou-se ao sétimo feminicídio —, jovens, crianças e idosos também são vítimas.

Chamam a atenção os atos do Congresso Nacional. Hoje, no Legislativo, tramitam projetos de lei e alterações na Constituição que cancelam a destruição do patrimônio natural, riqueza que torna o Brasil invejado pelas nações que, em nome do questionável desenvolvimento, consumiram suas riquezas naturais. As justificativas são produzidas com argumentos que negam a orientação de cientistas e especialistas.





CLIPPING

DATA

27.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Prevalece o negacionismo (narrativas infundadas) com dimensões absurdas e incompatíveis com os avanços conquistados pela humanidade. Hoje, países ricos e pobres sofrem igualmente com as mudanças climáticas e muitos lamentam as políticas ambientais do passado, que tragaram o patrimônio natural até então existente.

Os países, com raras exceções, estão involuindo, e o Brasil não foge à tendência da maioria. Riquezas da flora e da fauna ainda não identificadas são dizimadas para favorecer empreendimentos financeiros, imobiliários, agrícolas e outros, sem levar em conta os impactos dessas atividades na sociedade. Perde-se a proteção natural que o planeta oferece contra os fenômenos climáticos devido à ganância. Aliás, os eventos extremos estão relacionados às intervenções antrópicas do passado e dos persistentes ainda hoje.

Os governantes nacionais — não todos — reconhecem que proteger o patrimônio natural é evitar tragédias, privar a população de sofrimento e mitigar as perdas causadas pelos eventos extremos do clima. A população do Sul enfrenta, a cada dia, um drama pior, devido às intervenções absurdas que fizeram na natureza. O Rio Grande do Sul virou lama, com os temporais torrenciais. Santa Catarina e Paraná começam a passar pelo mesmo drama gaúcho — pelo visto vão derreter também.

Os extremos climáticos estão ocorrendo, destruindo cidades, impondo a falência do setor produtivo, ceifando vidas. Lá se vão projetos e sonhos água abaixo. Nada disso consegue remover o negacionismo que produz aberrações, alimenta discursos rasos e fraciona a opinião pública, acirrando um racha ideológico na sociedade.

As máquinas de produção de mentiras (fake news) funcionam diuturnamente. Não dão trégua diante da enorme catástrofe que corrói a Região Sul, e da qual os demais estados do país não estão livres, seja por chuvas intensas, seja pelas secas calcinantes. No fim do ano passado, em menor proporção, o Amazonas sofreu uma seca inédita — não foi a primeira, mas a mais cruel para os amazonenses.

Os rios secaram e inúmeras comunidades ficaram isoladas sem acesso às cidades e aos serviços imprescindíveis, como os da saúde. Faltaram água potável, energia, comunicação entre outras necessidades. Tudo isso no estado que tem o maior rio do mundo, o Amazonas, que lança 210 mil litros de água por segundo no Oceano Atlântico.

A ciência avança, com a produção de medicamentos que propiciam estender a longevidade, vacinas que interrompem os ataques mortais de vírus. As tecnologias, nos mais diversos segmentos, colaboram para que os humanos tenham mais tempo de ociosidade. Tudo para facilitar a vida e garantir que homens e mulheres desfrutem de momentos saudáveis e aprazíveis.

Todas essas benesses, alertas e fatos são desprezados pelos detentores de poderes. Impossível imaginar o que diria Charles Darwin, que esteve no Brasil há dois séculos, autor de seis obras paradigmáticas, que tratam da evolução das espécies. Hoje, assistimos às decisões e às atitudes que, em ritmo acelerado, trafegam na via da involução humana.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 27.05.2024 – PÁG. A14

‘Fake news’ e IA são desafios à democracia, afirma Cármen Lúcia

Futura presidente do TSE defende necessidade de regulamentação da Inteligência Artificial e das redes sociais no Brasil e no mundo

Camila Cetrone



As desinformações e impasses ao lidar com as novas tecnologias são uma grande ameaça não ao Brasil, mas também a outras democracias mundiais. Foi o que afirmou a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia na abertura da 10ª edição do Power Trip Summit, em Belo Horizonte. A ministra lidera uma mobilização do Judiciário sobre a necessidade da regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil e no mundo. Este, aliás, é um dos grandes desafios da ministra que, neste ano, vai presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de junho.

“Desde 2012 [quando presidiu o TSE pela primeira vez] acabou o mundo e começou outro. Era outra eleição, outro Brasil, outra experiência. As tecnologias mudaram as formas de viver, de conviver, de afastar as pessoas, de conduzir e tentar algar as liberdades. O desafio é esse: nada é mais grave do que a questão das tecnologias, as desinformações - que nada mais é do que criar mentiras”, afirmou em entrevista a Maria Rita Alonso, diretora de Marie Claire Brasil.

A ministra afirma que tem tido cuidado ao emitir resoluções sobre o tema, com foco nas eleições municipais que ocorrem esse ano. Ela afirmou que é dever legal do TSE estabelecer normas a partir de leis para garantir “um processo eleitoral democrático”.

“Hoje, todos os comitês e órgãos institucionais e internacionais, todos preocupados. Não há tema mais preocupante por causa das liberdades que podem ser restringidas e até acanhadas, ao ponto de esvaziadas, do que essa questão da ausência de normas nesta matéria de Inteligência Artificial. Não só, mas do uso e abuso das tecnologias.”

A ministra voltou a defender que haja a regularização das redes sociais. Neste ano, o projeto de lei nº 2630/20, apelidado de PL das “Fake News”, chegou a ganhar foco no Congresso, mas teve tramitação paralisada após impasses no texto. “Regulamentar as redes sociais é imprescindível. Isso não quer dizer, de forma alguma, a captura da liberdade de expressão. Isso é preciso até para que comecemos a saber o que é isso”, disse a ministra.

Ela continuou a afirmar que uma das grandes desinformações é de que restringir o abuso das plataformas e tecnologias seria uma maneira de censura. Pessoas da sociedade civil e parlamentares contrários à lei chegaram a apelidar o projeto de PL da Censura. “Censura é proibido e ponto. Uma expressão como



CLIPPING

DATA

27.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

manifestação da liberdade está garantida nos textos constitucionais e convenções internacionais. A expressão como instrumento de crime é e sempre foi um ilícito de injúria, calúnia e difamação. Nunca ninguém falou que isso era contra a liberdade de expressão.”

Nada é mais grave do que a questão das tecnologias“ — Cármen Lúcia

A ministra ainda rebateu comentários que apontam que o STF vem sendo usado por ministros para atacar a liberdade de expressão. “Já pensou se não tivesse o STF? É só tirar e ver se funciona”, afirmou. “Sou de uma geração quase centenária que soube o que é não ter liberdade, de ter que fazer prova de direito constitucional com o Congresso Nacional fechado. A gente é livre sob uma constituição que assegura direitos, e em que há um juiz para garantir a aplicação dos direitos que conquistamos até aqui. Se não, nós voltaríamos a uma situação de caos. Ou seja, vão sobreviver os mais fortes física, psicológica e economicamente. É voltar à barbárie.”

Atualmente, Cármen Lúcia é a única mulher a integrar o Supremo Tribunal Federal. Ela defendeu abertamente a indicação de uma jurista negra para a vaga aberta após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, em setembro de 2023. No entanto, foi escolhido o ministro Flávio Dino. A ministra foi questionada se havia alguma diferença de quando atuava ao lado das ministras Ellen Gracie - a primeira a chegar ao STF, em 1973 - e Weber. “Claro. E temos juristas e advogadas super competentes e habilitadas para o cargo. Acho também que é um recado, especialmente, para a comunidade jurídica no Brasil que é muito conservadora, em grande parte machista.”

A ministra afirma, por exemplo, que além das poucas ministras que chegaram no STF, até hoje não houve uma presidente mulher à frente da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB). Além disso, das 27 seccionais do país, só há cinco presidentes mulheres, e apenas uma mulher foi Procuradora Geral da República no Ministério Público - Raquel Dodge. “A comunidade jurídica é muito fechada, também, porque os homens têm um jeito de circular mais e se conhecer. Não sou contra os tais clubes do charuto, nós é que devíamos criar o clube do perfume. Os homens formam redes de comunicação, e nós, mulheres, não temos isso”, afirma a ministra.

“Nessa altura da vida não quero mais falar de igualdade, mas de igualação. Não somos as mesmas no querer, mas igualmente livres naquilo que é da dignidade de todas”

O principal encontro de líderes mulheres do Brasil, o Power Trip Summit, promovido por Marie Claire com patrocínio de L’Oréal Paris e Vivo, apoio de Magalu e Musqué, parceria educacional de MUST University e apoio institucional do Instituto Inhotim, é realizado nos dias 26, 27 e 28 de maio, no Hotel Fasano Belo Horizonte, em Minas Gerais. Em sua 10ª edição, o evento aborda o tema “Visionárias” e reunirá na plateia executivas, CEOs e líderes da sociedade civil nos campos dos negócios, cultura, beleza, moda, política, ciência e tecnologia. O Instituto Inhotim, sede de um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil e o maior museu a céu aberto do mundo, é parte da agenda desta 10ª edição.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 27.05.2024 – PÁG. E1

Carf bate recorde e reduz em R\$ 110 bi estoque de processos

Apesar do valor alcançado em abril, há ainda um total de cerca de R\$ 1 trilhão em discussão no tribunal administrativo

Beatriz Olivon / Guilherme Pimenta

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) vem conseguindo reduzir o estoque de processos, encerrando casos de maior valor e alcançando volumes recordes de julgamentos: em abril, foram cerca de R\$ 110 bilhões em processos analisados, a melhor marca desde dezembro de 2019. O órgão recursal é a principal aposta do Ministério da Fazenda para elevar a arrecadação e atingir a meta de déficit zero este ano.



O número de abril ainda será consolidado oficialmente, mas foi antecipado ao Valor pelo presidente do Carf, Carlos Higino. Em março, o tribunal administrativo já havia alcançado um volume recorde de julgamentos. A queda no estoque foi de R\$ 70 bilhões, a maior desde a pandemia.

O estoque, porém, ainda soma cerca de R\$ 1 trilhão, distribuídos em aproximadamente 80 mil processos tributários. De acordo com Higino, esse valor continua alto porque, enquanto há processos saindo do Carf, outros estão entrando a partir de recursos contra condenações proferidas pelas Delegacias Regionais de Julgamento (DRJs).

A meta de julgamentos para 2024 segue em R\$ 870 bilhões, para gerar uma arrecadação de R\$ 55,6 bilhões, montante mantido no relatório de receitas e despesas do governo apresentado na última semana - além dos casos em que sai vitorioso, o contribuinte, quando perde, ainda pode recorrer ao Poder Judiciário. O Carf não faz o controle de quantos encerram a disputa na esfera administrativa ou dão sequência ao litígio.

No segundo semestre, a ideia é acelerar os julgamentos. O Conselho pretende lançar um sistema de inteligência artificial para ajudar os conselheiros a elaborarem as minutas dos votos. O sistema vai se chamar “Iara” e está sendo desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). “Quando estiver rodando, teremos como aumentar a produtividade dos conselheiros”, disse Higino.

Além disso, o presidente espera uma mudança no fluxo de julgamentos com a aprovação de súmulas. Desde a edição da Lei nº 14.689, de 2023, as súmulas do Carf passaram a ser de observância obrigatória pelos auditores fiscais, o que significa que as Delegacias Regionais de Julgamento também precisam seguir os entendimentos do Conselho - antes não eram obrigados, então podiam julgar de forma diferente, o que dava margem para recursos ao Carf apenas para aplicação da jurisprudência. “Precisamos ter uniformidade e que as decisões do Conselho consigam ser observadas desde o lançamento na Receita Federal”, afirmou Higino.



CLIPPING

DATA

27.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Vários fatores contribuíram para as quedas recordes do estoque, de acordo com o presidente. Os principais são: julgamentos de casos de alto valor, o que não foi possível durante a pandemia de covid-19, o retorno do voto de qualidade (o desempate pelo voto duplo do presidente da turma julgadora, representante da Fazenda) e a regulamentação do bônus dos auditores - até o pagamento ser regulamentado, sessões foram paralisadas por falta de quórum. Ainda foram criadas novas turmas de julgamento e o número de conselheiros aumentou.

Higino destacou ainda que “algumas decisões do Carf incentivaram transações e acordos no âmbito da PGFN [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional]”. Ele citou como exemplo o recém-aberto edital sobre contratos de afretamento, uma discussão bilionária que o setor de óleo e gás vem perdendo no Carf. Em 2023, ainda ocorriam pedidos para retirada de pauta de grandes processos, o que tem se normalizado, segundo o presidente. “Em 2024 e talvez 2025, devemos ter uma redução muito forte do valor [do estoque]. O montante de R\$ 1 trilhão é inaceitável”, disse. Além do valor do estoque, o presidente também projeta uma redução no número de processos na sequência, nos próximos dois anos.

“Estamos caminhando para ver o Carf dobrar o recorde de valores julgados em um único ano, que atualmente é de R\$ 430 bilhões”, afirmou Jorge Mussa, do Pinheiro Neto Advogados. Em 2015, lembrou o tributarista, o Tribunal de Contas da União (TCU) estimou que seriam necessários 77 anos para julgar todo o acervo de processos no Conselho e, desde então, foram implementadas diversas mudanças, como os lotes de repetitivos e o aumento do número de turmas julgadoras com o mesmo número total de conselheiros.

No ritmo atual, acrescentou, o Carf levaria apenas 10 anos para julgar todos os processos. “Mas poderá diminuir pela metade o valor em estoque ainda neste ano, se consolidando como um exemplo de sucesso em gestão processual.” A advogada Ana Paula Lui, sócia do Mattos Filho, destacou que o Carf ainda vem fazendo alguns ajustes para aumentar o volume de julgamentos, como a criação de novas turmas - mesmo que para isso desfalque, ainda que temporariamente, turmas existentes. Para a advogada, o mês de maio foi de ajuste de turmas e até distribuição de processos. “Isso pode ter dado uma trancada no andamento que vinha bem e corrido, com muitos julgamentos”, afirmou.

A tributarista espera que o ritmo continue acelerado no segundo semestre. “Até pelo volume de processos pautados, vemos que eles estão levando a sério aumentar o número de julgamentos e zerar o estoque”, disse. O Carf tem, inclusive, acrescentou, realizado algumas sessões de julgamento durante as segundas e sextas-feiras - as sessões eram sempre de terça a quinta.

A advogada afirmou que ainda não é possível observar se o Carf está mais ou menos favorável aos posicionamentos da Receita Federal. Mas disse ter percebido mudanças em decorrência da retomada do voto de qualidade. “Está bem parecido com o que o Conselho já era, inclusive com a volta de alguns antigos conselheiros.”

Fazenda conta com aumento no ritmo de julgamentos

Medida é uma das principais apostas para manter a arrecadação federal em linha com as projeções de receitas do orçamento federal

Lu Aiko Otta



O aumento no ritmo de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) é uma das principais apostas do Ministério da Fazenda para manter a arrecadação federal em linha com as projeções de receitas do orçamento federal, comentou fonte da área econômica. No primeiro quadrimestre do ano, a arrecadação federal ficou em R\$ 886,642 bilhões, conforme dados divulgados na semana passada pela Secretaria da Receita Federal. O montante coincide com o esperado pela área econômica para o período.

Isso é considerado um feito importante, uma vez que as projeções para as receitas de 2024 são bastante “exigentes”. Se não fossem assim, não seria possível atingir a meta de déficit zero este ano. Questionada se seria possível manter o bom ritmo no restante do ano, a fonte comentou que a expectativa é positiva, principalmente porque os julgamentos do Carf começam a ganhar velocidade e a impactar os cofres públicos.

O governo estima recolher R\$ 55,647 bilhões com os julgamentos no Carf este ano. A partir de maio, haverá um marcador para identificar os pagamentos referentes a eles. Assim, será possível acompanhar melhor a evolução dessas receitas. Além dos ingressos do Carf, outros fatores devem impulsionar a arrecadação neste ano. Em maio, é esperado uma alta nas receitas do Imposto de Renda, por causa dos recolhimentos sobre estoques investidos no exterior. O prazo para pagar o IR com a alíquota reduzida de 8% se encerra no dia 31.

Também acaba no dia 31 o prazo para entrega das declarações para a autorregularização tributária das empresas que utilizaram, até 2022, subvenções estaduais para gastos de custeio da forma que a Receita considera irregular. Nesse caso, é oferecido desconto de até 80% no valor devido. Informações de mercado, porém, apontam para baixa adesão à autorregularização. A intenção da Receita é iniciar processos de fiscalização após encerrado o prazo para correção voluntária das declarações. Nesse caso, serão aplicadas as multas de praxe, que começam em 75%. Como comentou um integrante do Fisco: “Somos gatinhos na autorregularização, mas depois do dia 31 de maio seremos leões.”

A tributação dos investimentos offshore se soma aos recolhimentos do Imposto de Renda sobre fundos de investimentos exclusivos, que renderam R\$ 11,4 bilhões, segundo dados divulgados na semana passada. São duas fontes de receita que não vão se repetir. Para alcançar os R\$ 2,704 trilhões em receitas projetadas para este ano, o governo conta também com o pagamento de R\$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras. Até agora, a estatal decidiu pela distribuição de metade desse montante. No entanto, as receitas foram projetadas considerando que a outra metade será paga até o fim do ano.

Receita adota tratado e permite alíquota menor de IRRF

Decisão está em solução de consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que trata de operações com os Emirados Árabes Unidos

Marcela Villar

A Receita Federal permitiu que uma refinaria de petróleo brasileira adote alíquota menor do Imposto de Renda (IRRF) em operações com os Emirados Árabes Unidos (EAU) — país que está na “lista negra” do órgão por ser considerado paraíso fiscal. Na visão da Fisco, mesmo que o país do Oriente Médio esteja em jurisdição de tributação favorecida e a alíquota maior, de 25%, devesse ser aplicada, prevalece o tratado firmado entre os dois países, que afasta a dupla tributação e prevê alíquota de 15% na contratação de serviços técnicos.

O entendimento está na Solução de Consulta nº 110, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que vincula todos os auditores fiscais. Segundo tributaristas, a interpretação é importante por seguir a jurisprudência dos tribunais superiores, que determina a prevalência de tratados internacionais sobre a legislação interna. Os EAU são um dos 38 países com quem o Brasil tem acordo para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.

O contribuinte resolveu consultar a Receita para saber qual regra aplicar: a estabelecida no tratado entre os dois países (Decreto nº 10.705, de 2021), que prevê alíquota de 15% na contratação de serviço técnicos com empresas nos EAU, ou a da Lei nº 9.779, de 1999, aliada a uma instrução normativa, que incluíram os Emirados Árabes no rol de jurisdições favorecidas. Para evitar a evasão fiscal, o percentual aplicado seria de 25% do IRRF. Por ter uma posição mais conservadora, a empresa que fez a consulta tem feito a retenção na fonte pela segunda opção.

Ao responder ao questionamento, a Receita afirmou que, mesmo que os tratados não tenham força para revogar a legislação interna, o artigo 98 do Código Tributário Nacional (CTN) assegura que devem ser priorizados. “Os tratados internacionais não revogam a legislação interna. Ela continua válida, porém tem sua aplicação contida pelo tratado internacional. Desse modo, o tratado age limitando a pretensão tributária do Estado”, afirma a Cosit. A Receita reforçou ser preciso cumprir os requisitos do tratado, como comprovar a residência da empresa nos EAU, para usufruir dos benefícios.

Na visão do tributarista Caio Malpighi, do escritório VBSO Advogados, o esclarecimento é relevante, pois ilustra a importância da obediência aos tratados para definir a tributação de remessas ao exterior. “É muito positivo para os contribuintes, porque é um caso em que a empresa está em paraíso fiscal. A regra específica diz que a alíquota aplicada deveria ser majorada”, afirma.



A notícia, acrescenta, é positiva para quem importa serviços do exterior e arca, no contrato, com o ônus da alíquota maior do IRRF. Segundo Malpighi, esses contratos podem se tornar menos onerosos para os contratantes, que já prevendo a retenção, pagam mais caro pelos serviços. Ele também diz que o IRRF é uma forma de simplificar a cobrança de tributos e, nos casos em que há a contratação internacional, é a maneira da Receita tributar a renda de pessoas fora do Brasil.

Apesar do aparente conflito entre as normas, o advogado Renato Coelho, sócio do Stocche Forbes Advogados, afirma que “não há antinomia” entre elas. “Se você não partir do pressuposto que o tratado tem prevalência sobre a lei interna, esvazia o motivo da existência do tratado”, diz ele, lembrando de precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo o advogado, seria sensato remover os Emirados Árabes Unidos na lista de países considerados paraísos fiscais pela Receita, já que o tratado dá tratamento diferenciado. “Há uma incoerência entre o Brasil evitar dupla tributação com determinado país e, ao mesmo tempo, considerar como paraíso fiscal”, afirma Coelho, adicionando que esse tema não teria como vir na solução de consulta.

Ele também entende que, apesar de a Cosit se referir apenas a serviços técnicos, a mesma lógica se aplica para rendimentos de outras naturezas, como pagamento de juros, dividendos ou ganho de capital. “Se vier uma legislação que passe a fazer a tributação de dividendos com alíquota de 20%, o tratado continuaria limitando a alíquota a 15%”, diz. “Não será aplicada a alíquota interna se a alíquota do tratado for inferior”, adiciona.

O tratado foi firmado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante um contexto político de aproximação entre os dois países. “Quando há a aproximação comercial, não é desejável a dupla tributação. Torna a relação onerosa e acaba desincentivando os negócios”, afirma o advogado Caio Malpighi.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 27.05.2024 – PÁG. E2

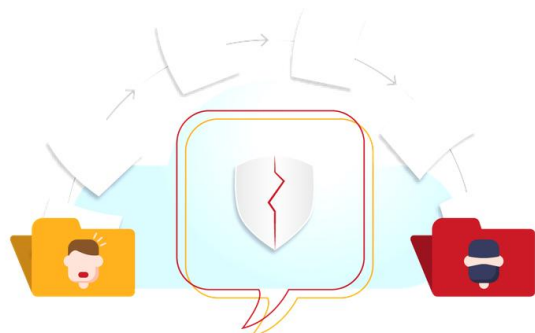
Comunicação de incidentes de segurança da informação

Quem não tiver um plano de resposta a incidentes de segurança bem estruturado jamais conseguirá cumprir com os prazos previstos no regulamento estabelecido por meio da Resolução CD/ANPD nº 15/2024

Felipe Palhares

Todas as empresas sofrerão um incidente de segurança. Em algum momento, a quebra de ao menos um dos três pilares da segurança da informação (confidencialidade, integridade e disponibilidade) inevitavelmente ocorrerá em toda organização, indiferentemente do seu porte, setor ou da preparação prévia para evitar situações dessa natureza.

Um e-mail enviado para um destinatário errado, um HD externo perdido, um celular corporativo roubado ou um





CLIPPING

DATA

27.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

currículo reutilizado como papel rascunho são todos exemplos de incidentes de segurança, alguns deles triviais. Não é, portanto, uma questão de se isso acontecerá, mas sim de quando isso acontecerá. De acordo com a LGPD, incidentes de segurança que envolvam dados pessoais e que possam resultar em riscos ou danos relevantes para os titulares devem ser comunicados à ANPD e às pessoas físicas afetadas. A função primordial dessa comunicação é permitir que os titulares afetados tenham conhecimento do evento e, com isso, possam adotar as medidas que entendam cabíveis para prevenir eventuais prejuízos ou danos maiores.

Até recentemente, pairavam dúvidas a respeito de aspectos práticos sobre a forma, prazo e detalhes fundamentais de respectiva comunicação, uma vez que o legislador, ao editar a LGPD, deixou propositadamente diversas lacunas na legislação a serem preenchidas pela ANPD, mediante posterior regulamentação do tema.

Em abril, após mais de três anos e meio da entrada em vigor da LGPD, foi editado o Regulamento de Comunicação de Incidentes de Segurança, com a publicação da Resolução CD/ANPD nº 15/2024. Dentre os preceitos nele estipulados, há três pontos que chamam atenção e devem necessariamente estar do radar de todas as organizações que estão sujeitas à LGPD. O primeiro deles é relacionado aos novos prazos instituídos pelo regulamento, a começar pelo prazo para realização da comunicação inicial, que deve ocorrer em até três dias úteis, contados da data do conhecimento de que o incidente afetou dados pessoais.

Na prática, é um prazo inviável para a completa compreensão de incidentes complexos, como ataques de ransomware, que demandam investigações forenses extensas, especialmente em organizações de grande porte. Ainda que exista a possibilidade de uma comunicação complementar ser feita dentro de 20 dias úteis, esse prazo também será insuficiente em boa parte dos cenários considerando os esforços que precisam ser empregados na gestão de crises cibernéticas.

O segundo deles diz respeito à necessidade da condução de trabalhos técnicos após a identificação do incidente para avaliar o evento profundamente, investigando a sua causa raiz e sua extensão. O regulamento inclui em uma de suas disposições a menção a documento nomeado de relatório de tratamento do incidente. Para fins de demonstração da observância da organização ao princípio da responsabilização e da prestação de contas, previsto na LGPD, não restam dúvidas que será um documento exigido pela ANPD.

O terceiro ponto de atenção está atrelado à publicidade que será conferida às comunicações de incidentes de segurança. A ANPD vinha adotando como regra a não divulgação de informações a respeito de incidentes de segurança comunicados por controladores de dados, o que tende a mudar diante das disposições previstas no regulamento, que estabelecem que a comunicação não é coberta por sigilo e que a ANPD poderá disponibilizar em seu sítio eletrônico detalhes sobre comunicados recebidos.

Esse último aspecto pode, inclusive, levar organizações a evitarem a realização de comunicações de incidentes em virtude do dano reputacional que a mera menção de que determinada empresa comunicou um evento dessa natureza pode gerar. Fato é que o regulamento mudará completamente o jogo no que tange ao posicionamento que será adotado pelas empresas diante de um incidente. Para aquelas que achavam que não precisariam fazer nada em relação à LGPD, é hora de repensar essa estratégia com urgência, já que a fase de achar que a legislação era igual a uma gripe, que poderia pegar ou não, já passou faz bastante tempo.

Uma coisa é certa: quem não tiver um plano de resposta a incidentes de segurança bem estruturado, que tenha sido testado, seja constantemente monitorado e com o adequado treinamento de seus empregados para seguir os passos nele definidos, jamais conseguirá cumprir com os prazos previstos no regulamento ou com as demais obrigações nele instituídas. E para quem não cumprir com o regulamento, a multa pode até demorar a chegar, mas ela certamente virá.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 27 de maio – Dia Nacional da Mata Atlântica

O Dia Nacional da Mata Atlântica é comemorado anualmente em 27 de maio.

O dia da Mata Atlântica é o momento para refletir sobre a floresta tropical tão presente em nossas vidas. Um dos principais biomas do Brasil, com cerca de 20 mil espécies vegetais, é também um dos que mais sofre. Toda a riqueza da biodiversidade da mata é constantemente atingida pelo crescimento e urbanização das cidades. Além dos desmatamentos e degradações descontroladas.

A data foi escolhida em 1999 e desde então está presente no calendário brasileiro. Não é um feriado nacional, mas é uma forma de lembrar que temos responsabilidades quanto a sobrevivência do bioma. A data é importante porque concentra decisões em um dia, e impulsiona ações que devem ser continuadas ao longo do ano.

Por isso, o dia nacional da Mata Atlântica é um importante momento para aumentar a mobilização de todos e do poder público. É o dia para concentrar as energias em encontrar soluções na conservação e preservação do meio ambiente. Tão importante para manter a fauna e a flora, mas também para nos mantermos vivos.

Afinal de contas, a mata Atlântica é responsável por diversas atividades no dia a dia. Do abastecimento de água a comida que você recebe no prato. A economia do país também está atrelada a floresta tropical, da agricultura ao turismo e outras atividades. Não dá para negar a importância deste bioma.

Qual a importância desse dia?

O dia é importante para lembrarmos de uma das florestas mais importantes do país. Antes de todo desenvolvimento do nosso país, a fauna e flora da mata ocupavam boa parte das regiões. É possível afirmar que mais da metade da população brasileira vive em território que eram dominados pela mata atlântica. Por isso, é possível encontrar pequenas porções desta floresta tropical em grandes cidades.





JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA
27.05.2024

PÁGINA Nº
26 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

É o dia ideal para realizar atividades que possam lembrar o quanto este bioma ainda é precioso. Bem como a importância de seguirmos lutando pela conservação e preservação de áreas protegidas. É o momento de fortalecer os movimentos para barrar os desmatamentos, recuperar áreas degradadas e ensinar sobre a história da nossa floresta.

O que é a Mata Atlântica?

A Mata Atlântica é a segunda maior floresta tropical do Brasil, ela compreende cerca de 15% do território brasileiro. Inicialmente, o bioma chegava a ocupar mais de 1.3 milhões de km². Atualmente, apenas 29% das regiões brasileiras é coberta por vegetação original.